

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Aprovado por
unanimidade

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

ATA Nº 04

Sessão de 21/12/17
À Mesa,



Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Leonardo Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Jerónimo Jacinto de Almeida, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares e Nuno Miguel Besugo Pestana e Isabel Cristina Soares Vicente.

Verificou-se a ausência dos Deputados, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria do Rosário Tomás, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte e uma horas, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

1 - Expediente:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

35 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de
36 30 de junho de 2017 a 19 de setembro de 2017, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
37 ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

38

39 **2 - Análise e votação da Ata da sessão realizada em 29 de junho de 2017.**

40 O Presidente da Assembleia, colocou a Ata à votação.

41 **- A Ata nº 03 de 29 de junho de 2017 foi aprovada, por unanimidade.**

42

43 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

44 O Presidente da Assembleia declarou, que estava aberto o período de interpelação e colocação de
45 questões ao executivo.

46

47 O Deputado Duarte Lynce de Faria, usou da palavra e referiu que se congratulava por esta sessão
48 estar a ser realizada no Auditório Municipal e que continuava a defender, que o Auditório Municipal
49 tem muito melhores condições do que o Salão Nobre, para a participação do público.

50

51 O Presidente da Assembleia, relativamente a essa questão referiu que as sessões se realizaram no
52 Auditório Municipal, sempre que a Mesa o considerou necessário, de acordo com o regimento.
53 Evidenciou que esta sessão está a ser realizada no Auditório Municipal, para a apresentação do
54 PDM (Plano Diretor Municipal) e felizmente, conta com uma razoável participação de público.
55 Recordou que, no início do mandato, foi justificado o motivo da escolha do Salão Nobre e lembrou
56 que no Auditório Municipal se realizam com muita frequência espetáculos diversos, incluindo
57 sessões de cinema.

58 Após estas intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara

59 O Presidente da Câmara, realçou que a aprovação do novo PDM em menos de dois anos é
60 histórica. Informou, que há poucos dias, esteve com o Sr. Ministro do Ambiente, que manifestou a
61 sua admiração, por num prazo tão curto, o Município de Alcácer do Sal ter conseguido concretizar
62 a alteração do PDM. Referiu, que a operação de reabilitação urbana também é muito importante, já
63 está aprovada a ARU de Alcácer do Sal (Centro Histórico), e hoje é submetida à aprovação da
64 Assembleia Municipal, a Reabilitação Urbana, matéria obrigatória, após três anos da ARU.

65

66

67

68

ORDEM DE TRABALHOS:

94

69

70 **01 - Análise e votação da proposta referente à proposta final do Plano Diretor Municipal de Alcácer**
71 **do Sal;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/09/2017)

72

73 O Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar
74 sobre o assunto.

75

76 O Presidente da Câmara, usou da palavra e referiu que a proposta hoje apresentada, não é
77 exatamente igual à versão inicial que foi para discussão pública, mas sim, uma versão que
78 contempla as trinta e duas participações recolhidas durante esse período. Informou também, que
79 antes do documento ter sido enviado para discussão pública, teve lugar um conjunto de reuniões
80 de avaliação com diversas entidades, designadamente, Direção Regional de Cultura do Alentejo,
81 Direção Regional de Energia e Minas, ICNF e demais entidades no âmbito da agricultura e outras,
82 que emitiram parecer relativamente à proposta do PDM. O documento, foi sendo melhorado ao
83 longo de meses, nele se incorporando as propostas efetuadas, algumas das quais não foram tidas
84 em conta, não tendo sido aceites, nomeadamente, as que visavam requalificar o solo rustico e
85 englobar perímetros urbanos.

86 O Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Presidente da Assembleia, que concedesse a
87 palavra ao Dr. Ricardo Tomé, da RTGEO, para apresentar a proposta em análise.

88 O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Dr. Ricardo Tomé, que apresentou a
89 proposta em powerpoint.

90

91 O Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu ao Dr. Ricardo Tomé, a sua intervenção e
92 enalteceu, a forma clara, explícita e pormenorizada, como fez a apresentação do documento.

93 O Presidente da Câmara solicitou a palavra e agradeceu ao Dr. Ricardo Tomé pela apresentação
94 que fez. Referiu que para conseguirem realizar este processo em menos de dois anos, foi muito
95 importante, a liderança da Câmara, sabendo o que pretendia, a direção que o município queria
96 tomar e ter no seu seio, uma equipa de técnicos qualificados. Sublinhou que, o Dr. Amílcar
97 Macedo, Chefe da Divisão e os técnicos, Arq.º Ricardo Ambrósio e Arq.º Francisco Nunes, foram
98 muito importantes neste processo. Agradeceu também, o trabalho realizado pela equipa técnica da
99 RTGEO.

100 O Presidente manifestou a sua satisfação, por se chegar ao fim do mandato, com o PDM aprovado.

101

102 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

103

104 **Intervenções:**

105 O Deputado Duarte Lince de Faria, referiu achar correto que se tenha optado pela revisão do PDM,
106 que já deveria ter sido feita há algum tempo, mas existem vários planos de ordenamento, que
107 limitam muito e que não torna fácil a um investidor com tanta sobreposição de processos, garantir
108 aquilo que é o futuro. Afirmou que, quer a avaliação ambiental estratégica, quer a definição de
109 objetivos estratégicos, são fundamentais e dão um enquadramento global do desenvolvimento do
110 concelho a médio prazo, o que não existia no anterior PDM. Referiu, que mesmo os Planos de
111 Pormenor, vêm no enquadramento global do PDM e não contra o PDM e que reconhece, que dois
112 anos, são um tempo record para fazer um PDM.

113 Em relação às opções do PDM, o Deputado referiu, que passa por reduzir a delimitação dos
114 perímetros urbanos, criando a flexibilidade, com a elaboração de um plano de pormenor com
115 efeitos registais. Questionou, sobre as condições em que os planos de pormenor são feitos e se é o
116 próprio PDM que permite que esses planos de pormenor alterem o uso do solo, porque não se
117 pode fazer um plano de pormenor para cada investidor.

118 Referiu ainda, que sempre existiu em Alcácer do Sal o problema da faixa central, que durante
119 muitos anos, foi um problema crónico relativamente à questão dos empreendimentos turísticos em
120 que quase que andavam a medir o espaço entre eles para ver se cumpriam e às vezes, faziam
121 interpretações do PDM que não correspondiam ao que estava no terreno.

122 O Deputado Duarte Lynce da Faria referiu que na ZIIs tinha problemas complicados em termos de
123 regularização, porque entre outras coisas, os índices não correspondiam à parte industrial.

124 Realçou, que é um trabalho bem feito, bem estruturado, com várias consultas públicas, construído
125 de raiz, com bons técnicos e a participação de toda a população em termos gerais.

126 O Deputado mencionou também, que tinha três questões a colocar: Primeira - Se, ao reduzir os
127 perímetros urbanos, se pode garantir, que partes desses perímetros, poderão amanhã, com
128 alguma facilidade, utilizar diferentemente o seu uso do solo; Segunda - Se nos terrenos que não
129 estão associados aos perímetros urbanos, esses planos de pormenor, também têm a flexibilidade
130 de nascer em áreas em que atualmente são solos rústicos; Terceira – Qual a limitação em relação
131 a esses Planos de Pormenor e se têm a necessidade da administração central os ratificar.

132

133 O Deputado Serafim Inocência, usou também da palavra e começou por referir, que ficou satisfeito
134 com o trabalho apresentado, que feito em dois anos, é obra. Agradeceu aos técnicos e à empresa
135 que elaborou este trabalho, acrescentando, que é um projeto muito interessante.

136 Evidenciou, que os Foros de Albergaria, foram a única zona do concelho a ter uma zona
137 periurbana. Questionou, sobre o que é periurbano e qual foi o motivo dessa opção em termos de
138 espaço local, para a elaboração desse periurbano.

139
140 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra ao Dr.º
141 Ricardo Tomé para esclarecer as dúvidas colocadas.

142 O Dr.º Ricardo Tomé, em relação aos planos de pormenor com efeitos registais, esclareceu, que há
143 orientações no PDM e que esses planos, podem acontecer em qualquer lugar do território, desde
144 que não se sobreponham sobre uma área que seja ecológica ou agrícola e que, esse planos, vêm
145 para induzir dinâmica no território e que será sempre a Câmara Municipal a deliberar sobre os
146 mesmos.

147 Quanto à questão dos periurbanos, solicitou ao Presidente da Assembleia para passar a palavra
148 ao seu colega, o que foi concedido, tendo este iniciado a sua intervenção, referindo, que essa
149 situação, foi criada nos Foros de Albergaria, porque na delimitação do perímetro urbano, na parte
150 sul desse lugar, a CCDR Alentejo mostrou-se desconfortável quanto à sua classificação como solo
151 urbano. Afirmou ainda, que, em relação à parte norte, como é mais densamente ocupada,
152 conseguiram mantê-la como solo urbano e que na parte sul, foi a maneira que encontraram, de
153 aplicar uma norma que vem do PROT e que foi sugerida pela CCDR, como uma forma de tentar
154 resolver o problema. Referiu, que não pode ficar tudo incluído, porque essa categoria, só pode
155 representar no máximo 20% da área urbana dos Foros de Albergaria e por isso, só aparece em
156 parte e não num todo. Referenciou também, outro problema, que tem a ver ainda com a parte sul
157 que se encontra abrangida pela RAN (Reserva agrícola nacional), razão pela qual não se consegue
158 ir mais além.

159
160 A seguir, a deputada Maria Antónia Mendes, felicitou o executivo e também os técnicos que
161 participaram na elaboração deste documento, que é muito valioso. Referiu, que se deve ter em
162 conta que, as condicionantes exigidas para os empreendimentos turísticos, constituíam de facto,
163 um grande problema. Sublinhou, ser um documento valioso para o desenvolvimento do concelho e
164 que vai possibilitar aos novos empreendimentos, uma maior rapidez, que é necessária. Felicitou o
165 executivo e os técnicos, por, em dois anos, terem conseguido elaborar um documento tão
166 importante.

167 O Presidente da Câmara, chamou a atenção para uma questão que é essencial, a mudança da Lei
168 dos Solos, referindo que o PDM tem que ter em conta as suas alterações, que delimitam o solo em
169 duas classes únicas - solo urbano e solo rústico. No passado, havia uma terceira classificação, nas

170 sedes do concelho havia a delimitação do perímetro urbano, havia um cinturão à volta que eram os
171 solos urbanizáveis e havia os solos rústicos. Hoje os processos são mais ágeis e há mais
172 flexibilidade para tratar matérias de ordenamento do território.

173

174 O Presidente da Assembleia, agradeceu as intervenções e referiu que, curiosamente, estavam
175 presentes na sala, três pessoas que fizeram parte da elaboração do primeiro PDM, ele próprio e o
176 Dr. Amílcar Macedo, na altura, Vereadores e o Arq. Francisco Nunes, como Chefe de Divisão.

177 Sublinhou e realçou o facto, de ter sido com o empenho de todos, que se conseguiu elaborar este
178 documento tão significativo e valioso para o concelho.

179

180 Seguidamente, O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

181 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

182 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
183 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

184

185

186 ***02 - Análise e votação da proposta referente à aprovação da Operação de Reabilitação Urbana***
187 ***Simples e alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Alcácer***
188 ***do Sal;*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/09/2017)

189 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao da Presidente da Câmara, que fez uma análise do
190 documento, tendo solicitado de seguida que usasse da palavra o Arq. Ricardo Ambrósio para
191 apresentar a proposta em título..

192 O Arq. Ricardo Ambrosio usou da palavra e começou por referir que, com o novo PDM, a
193 estratégia a nível de reabilitação, seria com as áreas de reabilitação urbana e não com Planos de
194 Pormenor. Relativamente à questão das verbas, as mesmas foram transpostas do PEDU e não
195 estão previstas isenções, porque não existe capacidade para isso.

196 O Presidente da Câmara esclareceu, que relativamente às verbas, uma parte já estava
197 contemplada no Programa Portugal 2020 e iriam existir outros instrumentos financeiros, ou seja, o
198 crédito com juros baixos a que os municípios iriam recorrer. Relativamente aos Fundos
199 Comunitários, estavam ainda envoltos de incerteza, iria certamente, existir menos dinheiro e que o
200 pós-Portugal 2020 seria dedicado ao ambiente, renováveis e questões da requalificação dos
201 centros históricos na Europa.

202

203

204 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

205

206 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

207 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
208 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

209

210 ***03 - Análise e votação da proposta referente à ETAR da Comporta – Declaração de Interesse***
211 ***Público;*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 24/08/2017)

212

213 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

214 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

215 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
216 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

217

218

219 ***04 - Análise e votação da proposta referente à submissão e aprovação final da primeira alteração***
220 ***ao Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM);*** (documento aprovado na reunião de Câmara
221 realizada no dia 10/08/2017)

222 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

223 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

224 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
225 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

226

227

228 ***05 – Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.***

229 **Tomado conhecimento.**

230 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
231 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

232 O deputado Duarte Lynce Faria, pediu a palavra e sublinhou que: concluiu 20 anos de trabalho
233 autárquico e que durante esse período, teve a possibilidade de conhecer melhor o concelho. No
234 exercício da sua atividade como eleito, tinham existido diferenças de posições, mas que
235 simultaneamente, tinha criado diversas amizades e reforçado a maioria delas, o que o leva a citar
236 “a palavra orgulho”, pelo pequeno contributo. Prestava homenagem a todos os autarcas que tinham
237 estado com ele e com quem muito tinha aprendido, em particular o Presidente de Câmara, o Eng^a.

238 Rogério de Brito e toda a sua equipa e tinha sido esse o caminho, que o tinha levado a dar este
239 pequeno contributo à sua terra. Terminou, desejando as maiores felicidades a todos aqueles que
240 corajosamente se querem bater pela sua terra, independentemente das divergências de ideias.

241

242 O Presidente da Assembleia, em representação da mesa e de todos os deputados, agradeceu as
243 palavras do Deputado Duarte Lynce Faria. Evidenciou, que nesses 20 anos, tinha tido oportunidade
244 de partilhar com ele como eleito, e que esta era provavelmente, a última Assembleia Municipal em
245 que participava e presidia.

246 Referiu que, desde o ano de 1990 que é eleito, que sempre lutou e deu o seu contributo, para que
247 as populações do nosso concelho melhorassem as suas condições de vida.

248 Agradeceu a todos os deputados e à população do concelho, a sua solidariedade, o seu apoio
249 importantíssimo para a resolução dos problemas, afirmando, que esteve e estará sempre
250 disponível para ajudar este concelho, esta terra, que também é a sua terra.

251

252 Intervenção do Público:

253 O Sr. José Manuel Mártires Balona usou da palavra para valorizar tanto o Deputado Duarte Lynce
254 Faria, como o Presidente da Assembleia Municipal, António dos Mártires Balona, já que tinham
255 dignificado os órgãos autárquicos a que pertenceram, tanto na Assembleia Municipal, como na
256 Câmara Municipal, dando o seu exemplo para a juventude que vai entrar nos novos órgãos
257 autárquicos, de como se deve fazer política, nunca enveredando pelo caminho do maldizer e das
258 ofensas pessoais.

259 Referiu que dado a importância dos temas debatidos na sessão, lamentava, não terem estado
260 presentes, os candidatos aos órgãos autárquicos, perdendo assim a oportunidade de assistirem a
261 uma sessão, onde se debateram temas de valor relevante para o concelho.

262

263 O Presidente da Câmara pediu a palavra, para dizer que era a última sessão da Assembleia
264 Municipal deste mandato e que havia deputados municipais que não iriam continuar e assim sendo,
265 teria sempre em conta a sua opinião, tal como a de outras pessoas e estava a falar como cidadão e
266 não como eleito.

267 Realçou, que tinha encontrado nos órgãos autárquicos, pessoas colaborativas, particularmente na
268 Assembleia Municipal, referiu ainda que os eleitos que têm estado na Assembleia Municipal e
269 também na Câmara Municipal, foram todos de grande colaboração e que apesar dos pontos de
270 vista diferentes, das opiniões diferentes, os superiores interesses do município tinham sido
271 salvaguardados, não anulando as diferenças políticas, pois a convivência democrática era assim.

91

272 Agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal a forma como tinha exercido essa presidência,
273 a forma elevada como se faz respeitar e como os outros o respeitam, acrescentando, que só
274 alguém com muita sabedoria e muito boa formação o consegue.

275 Agradeceu a todos em nome da Câmara Municipal.

276 O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu igualmente a todos pelo trabalho em conjunto,
277 em prol das populações.

278

279 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

280

281 Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
282 produzirem efeitos imediatos.

283 Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

284

285 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

286

287 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas vinte
288 e três horas e trinta minutos de vinte e seis de setembro do ano dois mil e dezassete. Eu, Dina do
289 Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente
290 ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

291

292 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

293

294 _____

295

296 OS ASSISTENTES TÉCNICOS

297

298 _____

299

300 _____

301

302

303

304

305

